



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **As Universidades e os Movimentos de Moradia: construindo relações na Ocupação Gaivotas – zona sul de São Paulo<sup>1</sup>**

**Fernando Botton**

LabJuta – UFABC | f.botton@ufabc.edu.br

**Talita Anzei Gonsales**

LabJuta – UFABC |

**Francisco de Assis Comarú**

LabJuta – UFABC | francisco.comaru@ufabc.edu.br

**Benedito Roberto Barbosa**

LabJuta – UFABC - UMM-SP | dito\_cmp@yahoo.com.br

### **Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo**

---

*Resumo. O presente trabalho apresenta a trajetória de pesquisa de extensão realizada entre os docentes e discentes, ambos integrantes do Laboratório Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC-LabJuta) junto a Ocupação Gaivotas Grajaú, com o objetivo de documentar esta relação entre universidade, movimento de moradia e outros atores do território e analisar como a pesquisa-ação e extensão e a formação superior universitária tem contribuído com os movimentos sociais de moradia, em especial a UMM - União dos Movimentos de Moradia - São Paulo. Discutem-se os direitos da população urbana e habitantes em áreas de mananciais ao Direito à Cidade, ao Direito à Terra Urbanizada, ao Direito à Moradia, ao Direito à Água e a responsabilidade do laboratório representando a Universidade em seu compromisso com a sociedade civil para garantia de direitos fundamentais da população de baixa renda. Os resultados evidenciam que as ações universitárias são entendidas como processos colaborativos e de apropriação socioespacial transformadores e desalienantes e concebidas com uma perspectiva fundamental na luta destes militantes, sob o ponto de vista do acesso ao conhecimento prático, mas também teórico e importante para a formação e processos de resistência dentro das discussões políticas e de enfrentamentos para a desconstrução de processos de urbanização capitalista.*

*Palavras-chave. Laboratórios de pesquisa extensão universitária; Universidade; Pesquisa-ação; Pedagogia; Movimentos de Moradia.*

---

<sup>1</sup> Este trabalho expõe resultados de pesquisas, ora em desenvolvimento, do projeto de pesquisa “Co-Polis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”, vinculado ao processo nº 2019/13365-3, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## Universities and Housing Movements: building relationships in the Gaivotas Occupation – south of São Paulo

**Abstract.** *The present work presents the trajectory of extension research carried out among teachers and students, both members of the Territorial Justice Laboratory of the Federal University of ABC (UFABC-LabJuta) together with "Ocupação Gaivotas Grajaú", with the aim of documenting this relationship between university, movement of housing and other actors in the territory and analyze how action research and extension and university higher education have contributed to social housing movements, in particular "UMM - União dos Movimentos de Moradia - São Paulo". The rights of the urban population and inhabitants in watershed areas are discussed, the Right to the City, the Right to Urbanized Land, the Right to Housing, the Right to Water and the responsibility of the laboratory representing the University in its commitment to civil society to guarantee fundamental rights for the low-income population. The results show that university actions are understood as collaborative processes and transforming and disalienating socio-spatial appropriation and conceived with a fundamental perspective in the struggle of these militants, from the point of view of access to practical knowledge, but also theoretical and important for the formation and resistance processes within political discussions and confrontations for the deconstruction of capitalist urbanization processes.*

**Keywords:** *University extension research laboratories; University; Action research; Pedagogy; Housing Movements.*

## Universidades y Movimientos de lucha por la vivienda: construyendo relaciones en la Ocupación Gaivotas – sur de São Paulo

**Resumen.** *El presente trabajo presenta la trayectoria de la investigación extensionista realizada entre profesores y estudiantes, ambos integrantes del Laboratorio de Justicia Territorial de la "Universidade Federal do ABC (UFABC-LabJuta)" junto a "Ocupação Gaivotas Grajaú", con el objetivo de documentar esta relación entre universidad, movimiento de vivienda y otros actores en el territorio y analizar cómo la investigación-acción y la extensión y la educación superior universitaria han contribuido a los movimientos de vivienda social, en particular la "UMM - União dos Movimentos de Moradia - São Paulo". Se discuten los derechos de la población urbana y habitantes en cuencas hidrográficas, el Derecho a la Ciudad, el Derecho al Suelo Urbanizado, el Derecho a la Vivienda, el Derecho al Agua y la responsabilidad del laboratorio que representa a la Universidad en su compromiso con la sociedad civil a la garantía de los derechos fundamentales de la población de bajos recursos. Los resultados muestran que las acciones universitarias son entendidas como procesos colaborativos y de apropiación socio-espacial transformadora y desalienadora y concebidas con una perspectiva fundamental en la lucha de estos militantes, desde el punto de vista del acceso al conocimiento práctico, pero también teórico e importante para la procesos de formación y resistencia en discusiones y enfrentamientos políticos para la deconstrucción de los procesos de urbanización capitalista.*

**Palabras clave:** *Laboratorios de investigación universitaria; Universidad; Investigación-acción; Pedagogía; Movimientos de Vivienda.*

### 1. Introdução

Ao longo de aproximadamente 7 anos, desde 2015, vem sendo construída uma relação institucional entre o Laboratório de Justiça Territorial – LabJuta da Universidade Federal do ABC (UFABC) com integrantes e lideranças de diversos movimentos sociais em São Paulo, principalmente a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), mas também com a CMP, MLB, MTST e a FLM. Uma relação que vem de trabalhos e parcerias particulares anteriores entre membros do laboratório e as entidades, com o objetivo de desenvolver atividades de extensão e pesquisa em temáticas associadas à habitação popular, planejamento e gestão do

território, engenharia ambiental e urbana, que tem a base da metodologia na educação libertadora de Paulo Freire (1980), na pesquisa-ação (Thiollent, 1986), na pesquisa participante, entre outras formas de pesquisa colaborativa e de educação popular que contribuem com a co-produção de conhecimentos e de territórios.

É preciso considerar a organização dos laboratórios de pesquisa e extensão universitária, principalmente dentro da área do planejamento territorial, urbano, arquitetura, organizados e engajados em lutas sociais e na pesquisa crítica, comprometida com a mudança da ordem estabelecida. De acordo com o professor emérito da UnB, Vicente de Paula Faleiros (2015), em seu prefácio para o livro "Universidade e Movimentos Sociais", as Universidades Públicas representadas por seus laboratórios de pesquisa, podem e devem encontrar maneiras de se inserirem na *polis*, ou seja, na construção de cidadania, por meio da formação de atores sociais e de envolvimento nas práticas e mobilizações de transformação social.

Os movimentos sociais, principalmente os de moradia, têm como princípios primeiramente a construção de movimentos populares de base e a educação dos direitos urbanísticos da população. Segundo a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM SP), o movimento social possui o objetivo concreto de articular e mobilizar a luta pelo direito à moradia e à cidade, por reforma urbana e políticas públicas com participação popular e autogestão como ferramenta de construção de cidadania em uma sociedade sem exclusão social. Os movimentos sociais, em geral, têm se mostrado na história como importantes pontos de resistência em contraponto a um modelo hegemônico capitalista de uma sociedade de elite. Como apontou a urbanista Ermínia Maricato (2000), as cidades brasileiras, refletem e reproduzem as dinâmicas sociais historicamente desiguais que pautaram a (não) formação da nação brasileira (SAMPALIO, 1999). Nesse sentido, as ocupações urbanas se propagam como movimentos de resistência às políticas habitacionais e demonstram que a casa, a rua, o saneamento básico não são ativos financeiros, mas sim direito de todos.

De acordo com Faleiros (2015, p. 15) a interação entre setores organizados da universidade e os movimentos sociais emancipatórios expressa uma crítica ao conservadorismo, à dominação, à exclusão social, na busca da inclusão participativa, do reconhecimento de direitos e de sua efetivação. O autor irá dizer ainda que a relação entre teoria e prática se torna viva, pois abre perspectiva de transformação real. A aproximação entre Universidade Pública e Movimentos Sociais de luta pela moradia acontece em parte por uma institucionalização dos próprios movimentos sociais e ainda da necessidade de os mesmos ampliarem suas redes e articulações e se fazerem ouvir para aprofundar a discussão sobre os problemas estruturais do capitalismo. Não é somente a universidade que chega dentro dos movimentos, mas sim as lideranças que procuram por alternativas junto aos laboratórios de pesquisa e começam a ocupar espaços, até meados dos anos 2000 pouco ou nada ocupados. Como cita Maricato (2007), a renovação ou ampliação de lideranças poderia ser mais valorizada, assim como os seus processos pedagógicos, muitas vezes carente de institucionalização, mas não menos importantes. São os movimentos sociais que têm enfrentado e entendido o que é o Estado em sua complexidade, em uma sociedade desigual como a que vivemos e que impactam diretamente na configuração dos nossos meios urbanos, com cortes nas políticas relacionadas à habitação e ao saneamento, ao meio ambiente, ao transporte e à cultura.

Apesar de todas as dificuldades, a União dos Movimentos de Moradia, junto com uma série de atores do campo popular e apoiado pelas universidades, tem colaborado para discussões ofensivas e importantes da reforma urbana e dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, por metodologias de cunho qualitativo e de caráter participante, os pesquisadores têm se aproximado cada vez mais dos movimentos sociais, segundo Thiollent (1996), dando aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora.

Como nos lembra Maricato (2008), os movimentos urbanos lograram uma condição rara no Brasil que é uma certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, que poderia ser sintetizado em Direito à Cidade e à cidadania para todas, todos e todes, em especial aos excluídos territorialmente.

## 2. O histórico da Ocupação Gaivotas

A Ocupação Gaivotas está localizada no distrito do Grajaú, extremo sul de São Paulo, próximo à Represa Billings e em área de proteção de mananciais. A terra ainda é de propriedade privada, mas a prefeitura tem feito negociações para desapropriá-la para construção de um empreendimento habitacional, segundo últimas informações obtidas em uma das reuniões com a Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo, em que o laboratório acompanhou junto a essa grande articulação. As famílias ali resistem por aproximadamente 15 anos, desde o primeiro momento de sua ocupação e aguardam por alternativas habitacionais efetivas desde então. A Ocupação Gaivotas abriga aproximadamente 260 famílias, segundo informações obtidas pelas próprias lideranças, embora não haja nenhum censo demográfico oficial. As informações vêm de levantamentos periódicos feitos pela própria Associação Local, a ALS - Associação de Lutas Sociais, formada em 2018. O assentamento de hoje é uma segunda fase de ocupação dentro dos mesmos limites deste território.

A primeira ocupação aconteceu em 2007, quando 104 famílias habitaram a região por aproximadamente um ano, em casas na sua maioria de alvenaria. À época, as famílias sofreram uma remoção violenta realizada pela fiscalização da Defesa das Águas, justificada pelo fato da ocupação estar dentro do Programa de Mananciais (ações de saneamento e urbanização). O episódio da reintegração de posse na área foi conduzido pela Guarda Civil Metropolitana. Segundo relatos de lideranças e moradores, houve muito tumulto e algumas pessoas foram inclusive parar no hospital após terem “brigado de braço” com os policiais da GCM. De acordo com o relato de uma das lideranças, o processo de remoção foi bem traumático, principalmente para as crianças. Muitas famílias não tinham para onde ir e ficaram desabrigadas. Como cita também a liderança, a prefeitura imaginava que com a reintegração de posse, cada família iria para um lado “*resolver sua vida*”, não contavam que muitos não teriam para onde ir. Estas famílias foram levadas para um “*campinho*” de futebol no Jardim São Bernardo, um lugar organizado às pressas, onde cada um teve direito a uma barraca. Os móveis pessoais de cada um foram levados provisoriamente para um guarda-volumes em caminhões. Uma conselheira tutelar viu a situação e intimou a prefeitura para que retirassem as pessoas imediatamente daquele local. Após isso, estas mesmas famílias passaram um mês em um hotel, e depois disso a prefeitura queria novamente expulsá-los. Então, como relata a entrevistada:

“ A gente foi para ouvidoria, a gente foi para promotoria, a gente foi para o Martinelli [SEHAB], aonde a gente fez Campana na porta da Subprefeitura Capela do Socorro, a gente ia pra lá com as crianças, dormia lá, ficava lá o dia inteiro até que eles resolveram pagar o aluguel para gente foi parceria social. E pagaram por um tempo.” (informe verbal de moradora da Ocupação Gaivotas, em entrevista realizada em abril de 2022<sup>ii</sup>).

A prefeitura pagou um auxílio aluguel para 97 destas famílias. Segundo a entrevistada, pelo fato delas não terem para onde ir, no entanto o auxílio durou pouco tempo: “ quando pararam de pagar esse aluguel não deu mais um retorno, não deu mais uma satisfação, só simplesmente parou de pagar e por não ter opção e nem condições, eu voltei a morar aqui no terreno de volta na ocupação em 2016”. Quando a moradora voltou em 2016 junto com outras 10 famílias que também moravam no local em 2007, já se encontravam novamente algumas famílias no mesmo local. A comunidade cresceu bastante segundo a entrevistada, com aproximadamente 220 famílias, quase o dobro do tamanho de quando deixaram o local em 2007 de acordo com sua afirmação: “(...) não tem mais espaço para colocar nenhuma família. Todo espaço já foi ocupado né. E a comunidade está crescendo, melhorando cada vez mais.”

Em 2009, já haviam outros "invasores" na área, segundo palavras de uma liderança entrevistada. Eram barracos de lona e o princípio de uma nova ocupação. Segundo o morador, eles foram "postos para correr" rapidamente. Em 2013, as pessoas começaram novamente a ocupar o local e a consolidá-lo, pessoas vindas de outros lugares e também famílias que já haviam morado ali em 2007. O morador relata que depois de 6 anos recebendo aluguel e de muita luta, eles pararam de receber o recurso de direito e não conseguiram mais se manter sem o auxílio, também voltam para a Ocupação Gaivotas, praticamente no mesmo terreno em que moraram na ocasião do despejo. Mas desta vez, foram para um barraco de madeira, pois o custo da alvenaria não cabia no orçamento familiar e também, segundo o morador, por não querer ver sua casa colocada no chão novamente pela polícia. Segundo Rolnik, assim como o Gaivotas, há bairros inteiros que vivem sob a constante ameaça de despejo, expulsão e deportação, e essa ameaça deve ser entendida como uma forma de violência material e simbólica (ROLNIK et al., 2019).

O morador diz em entrevista que "eu vim de volta para a minha terra (...) não tinha como pagar aluguel eu voltei de novo aonde eu tinha casa." Outra liderança que também ali morou em 2007 afirma que "(...) morei aqui em 2007 nesse mesmo lugar, nesse mesmo terreno, de onde a prefeitura removeu a gente na época. Como é que eu posso dizer. Muita agressividade. Foi bem-feita a remoção na época."

O morador afirma em conversa que "(...) se eu tivesse a minha casa eu não estaria aqui, morando num barraco. Eu não estaria aqui criando meu filho numa rua que quando chove a gente "atola" o pé na lama." Ainda afirma o morador o seguinte: "(...) porque como é que você aluga uma casa, eu com um monte de filho, vou alugar uma casa por 300 reais aonde?". Esse processo conhecido por transitoriedade permanente, se constitui sob um quadro de insegurança habitacional. (Rolnik et al., 2019). Segundo os autores:

"O conflito emerge como categoria fundamental para compreender o processo de produção de territórios populares fronteiriços, lançando luz sobre dinâmicas de constantes negociações, ajustes, acertos e desacertos cotidianos." (ROLNIK et al., 2019, p.15).

O acesso à infraestrutura urbana é precário, apesar de a partir de 2019 contarem com o sistema de abastecimento de água regularizado pela Sabesp via Programa Água Legal<sup>iii</sup>. Antes da regularização, além do problema da qualidade da água, os moradores relataram que o abastecimento não era confiável e o serviço era constantemente interrompido.

Foi em meados de 2017, por meio da articulação e mobilização do Sr. Gonçalves, "defensor popular" e uma liderança antiga que atua na zona sul, que se inicia o processo de aproximação entre a União dos Movimentos de Moradia, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e as "lideranças locais". É próximo a esse momento em que também se aproximam as universidades.

É abissal a quantidade de pessoas residindo nos dias de hoje em assentamentos precários localizados em áreas periféricas na região metropolitana de São Paulo. De acordo com números da Secretaria Municipal de Habitação, são mais de 1.700 favelas na cidade de São Paulo, além de 435 núcleos urbanos e 2 mil loteamentos irregulares.

Uma breve dimensão sobre a quantidade de assentamentos populares pode ser verificada segundo dados do Plano Local de Habitação de São Paulo de 2016<sup>iv</sup>, que estimou 445.112 domicílios em favelas, 385.080 em loteamentos irregulares, aproximadamente 80.389 domicílios em cortiços (segundo dados do Plano Municipal de Habitação de 2009). A zona sul do município de São Paulo, segundo fontes do Censo Demográfico IBGE 2010 e dados do Geosampa, abriga 49% da área do município, 15 distritos, 6 subprefeituras regionais e aproximadamente 23% da população do município, ou seja, mais de 2,5 milhões de habitantes sendo que deste total, 14.5% da população vive em aglomerados subnormais (denominação do IBGE para assentamentos precários) próximos às margens das represas Billings e Guarapiranga, reservatórios responsáveis por abastecer mais de um terço da metrópole. Na área de proteção de mananciais, há cerca de 317 favelas e 367 loteamentos, que juntos somam mais de 171 mil domicílios<sup>v</sup>. Os distritos do

extremo sul concentram população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social por pessoas que ocupam as áreas de preservação ambiental por falta de planejamento e políticas habitacionais efetivas.

### 3. A universidade como instituição social e a sua relação com os movimentos sociais:

No campo do Planejamento Urbano e Regional - PUR, ainda que respeitadas suas especificidades, os questionamento e lacunas caminham na mesma direção, D'Ottaviano e Rovati (2017) apontam que é preciso delimitar propósitos fundamentais, tendo por um lado a necessidade de fortalecer a extensão como ação política que se dá na dimensão pública, sendo este o lócus para a interação entre universidade e sociedade com o objetivo de enfrentar problemas que atingem a sociedade brasileira, sobretudo para as camadas populares, na perspectiva da construção de um conhecimento que transforma. Por outro lado, é necessário combater a ideia de que tudo aquilo que não se encaixa como ensino ou pesquisa, é extensão. Para os autores, a extensão é um campo de experimentação onde:

“são gestadas e praticadas políticas contra hegemônicas, onde ganham força os setores mais fragilizados da sociedade e ganha corpo e sentido o conhecimento que, no exercício da autonomia, quer transformar”. (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017).

Se hoje em dia há, felizmente, diversos laboratórios de pesquisa e extensão, ou mesmo outros formatos de grupos acadêmicos que atuam na luta pela moradia digna e/ou pelo direito à cidade, num passado não tão distante essa realidade era bem diferente. Nabil Bonduki, em seu livro intitulado *Habitação e Auto-Gestão - Construindo territórios de utopia* (1992) discorre sobre a formação do Laboratório de Habitação, um laboratório acadêmico, sediado no curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes. Apelidado como LAB-HAB e nascido em 1982, o grupo foi uma das experiências pioneiras, pelo menos em São Paulo, no que diz respeito à atuação '*estruturada e permanente*' de grupos acadêmicos voltados ao campo da arquitetura e urbanismo enquanto assessoria técnica aos movimentos de moradia (BONDUKI, 1992).

Ainda que, nas palavras do autor, a experiência tenha se dado de forma descontínua e isolada, no âmbito de uma universidade privada, o que não representa a origem da maioria dos laboratórios de pesquisa do Brasil, que é fundamentalmente pública, a experiência foi importante para abrir um campo de atuação e reafirmar o compromisso de laboratórios de pesquisa e extensão com a transformação de territórios populares, seja por meio da colaboração e apoio técnico, seja por meio da formação de profissionais que conhecem e já atuaram de alguma forma em territórios populares.

O LabJuta - Laboratório de Justiça Territorial, se formou a partir da reprodução de ideias e princípios que vieram, de certa forma, do LAB-HAB - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos. Essa formação também reúne características específicas, como estar sediado numa universidade que é fruto de reivindicações populares e criada no escopo da segunda gestão Lula, que buscou criar universidade em espaços periféricos e com configurações e políticas diferentes daquelas tradicionais. A UFABC, por exemplo, desde o princípio, reservava 50% de cotas para estudantes provenientes de escolas públicas, o que levou a um corpo discente mais diverso.

Além disso, a própria criação do laboratório tem relação com uma demanda dos movimentos populares, o que pode ajudar a explicar sua forte conexão com eles.

Nesse contexto, o LabJuta tem se consolidado enquanto um laboratório de pesquisa e extensão universitária com forte atuação na produção e análise que envolvem territórios populares, suas conexões e insurgências, sempre pautado pelas trocas entre o saber científico e o saber popular como forma de produção coletiva e compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, bem como das questões que estruturam a (re)produção de territórios desiguais e injustos. O grupo acumula quase oito anos de atuação em 15 projetos de extensão e pesquisa em diversas regiões da metrópole e com diferentes parceiros e colaboradores, que vão de movimentos de moradia a grupos de outros países.

Dentro das reflexões teóricas e da atuação prática do laboratório, está a busca permanente em tentar articular a Universidade com os estes grupos populares. Uma Universidade que não esteja definida somente pelo mundo da ciência e de uma apropriação de um conhecimento acadêmico, mas preocupados com a ampliação de uma justiça social e territorial de uma classe que normalmente é vulnerabilizada por processos capitalistas da produção do espaço, de inserção na dinâmica das lutas de classes, de grupos, de construção de propostas para a vida comum. Portanto, alguns dos princípios do Labuta são (i) produção de conhecimento e ação comprometida com a luta pelo fortalecimento das territorialidades/pertencimentos, educação popular e cidadania dos povos excluídos e vulneráveis; (ii) Construção coletiva do saber, por meio da interação com diversos atores; (iii) vivência permanente nos territórios populares como forma de ampliação do conhecimento; (iv) promoção da justiça territorial, da construção social da memória e da cultura como direitos fundamentais; (v) construção de espaços permanentes de diálogo entre academia, movimentos sociais, entidades e instituições, com atuação interdisciplinar e intersetorial, para a promoção e o fortalecimento da democracia; (vi) compromisso com democratização da universidade.

A inclusão de interlocutores dos territórios nos quais o Labuta atua na Universidades é de importância para que estes sujeitos e sujeitas populares, periféricas e periféricos, sejam protagonistas de suas próprias histórias.

#### **4. Aproximação entre laboratório e a ocupação e vice-versa**

A primeira aproximação do laboratório com o território da Ocupação Gaivotas e seus moradores acontece no ano de 2018, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do ABC, a Universidade de Michigan – Ann Arbor e a União dos Movimentos de moradia com o intuito de fortalecer a luta da comunidade pela regularização fundiária e urbanização. A demanda de trabalho acontece a pedido de lideranças populares do movimento social em apoio a uma comunidade que havia sido violentamente despejada em 2007 daquele mesmo local onde hoje se encontra e que em 2016, a área volta a ser ocupada por novas famílias e também famílias que ali moraram em 2007 e que precisaram voltar por não conseguirem pagar seus aluguéis em outro lugar, já que o auxílio aluguel de R\$ 400,00 previsto pela prefeitura não dá a oportunidade de uma equidade territorial para essas famílias de baixa renda.

O escopo do trabalho era compreender e analisar as condições habitacionais em ocupações mais recentes localizadas em área de proteção aos mananciais. Para isso, pesquisadores e lideranças da UMM percorreram cinco ocupações que cumpriam esses critérios para escolher um caso a ser aprofundado. Nesse mergulho na região notou-se que havia uma série de ocupações mais recentes em condições similares e a decisão pelo Gaivotas foi resultado de muitas ponderações e reflexões. Por outro lado, a ideia sobre a escolha de uma ocupação frente a um universo de ocupações em condições similares provocava a equipe acerca da limitação da universidade em relação à situação de emergência habitacional que vem se acirrando nas cidades brasileiras.

Para dar conta desse dilema que é relacionado tanto ao compromisso social de alguns grupos acadêmicos com a situação de emergência habitacional, quanto às abordagens metodológicas e políticas que utilizamos, optou-se por aprofundar em um caso e buscar articular as outras áreas, fortalecendo uma agenda de reivindicações que era comum a tantas delas. Esse encaminhamento também decorre da atuação de um pesquisador do LabJuta que é, muito antes de se tornar oficialmente pesquisador, liderança de movimentos de moradia e advogado popular, fazendo essa conexão primária entre movimentos e universidades.

Em relação ao aprofundamento na ocupação Gaivotas, a metodologia de trabalho utilizada pelo grupo de docentes e discentes dos laboratórios de pesquisa para aproximação das lideranças e moradores do local foi o da pesquisa-ação, existencial de René Barbier, com as referências precedentes de Paulo Freire (1980) e, mais recentemente, Michel Thiollent (1986) e Carlos Brandão (1988).

Após um mergulho no território e a tentativa de criar laços entre pesquisadores, lideranças e moradores, integrantes do projeto na ocasião, propuseram oficinas participativas, gerando um espaço de interlocução possível e discussão coletiva sobre um possível projeto para a área. Mesmo assim, segundo integrantes do projeto, o objetivo mais importante foi construir conhecimento sobre a área ocupada a partir do diálogo entre os moradores, que naquele momento, expuseram suas experiências durante a formação do território que eles mesmo autoconstruíram. A oficina foi pensada de maneira a incentivar a reflexão acerca dos problemas e as potencialidades que a comunidade apresenta.

Foram aplicadas 3 oficinas, sendo a primeira a confecção de uma linha do tempo que relacionam os acontecimentos da própria ocupação com questões do cotidiano, num segundo momento aplicou-se a metodologia participativa da Árvore dos Sonhos, na qual se o grupo se propõe a refletir sobre os sonhos e desejos, mesclados com as necessidades reais da ocupação.

Já a segunda oficina tratou da construção de um mapeamento participativo, na qual foram trabalhadas as leituras sobre os problemas e potencialidades do assentamento. O objetivo era construir leituras colaborativas acerca do território que pudessem embasar uma proposta de intervenção para a melhoria das condições urbanas e habitacionais.

Por fim, tendo em vista as oficinas anteriores, quando foi possível construir uma leitura coletiva, a terceira oficina se propôs a construir um plano de ação para a ocupação, propondo metas de curto, médio e longo prazo e organizando os próximos passos para as famílias da ocupação.

A participação nas oficinas não foi uma constante ao longo do tempo, até que o formato de realização de oficinas fosse definido, foram realizadas diversas atividades para pensar conjuntamente quais seriam as tarefas do laboratório junto às lideranças e moradores. Para isso foram realizadas uma série de visitas e diálogos na ocupação, até que fosse possível gerar mobilização entre os moradores para participarem das atividades.

Todos esse processo de repensar os fatos históricos da ocupação entre moradores e a universidade foi importante para reconstruir a trajetória de dos moradores e da própria história da ocupação, com os principais momentos de reivindicação, produtos compilados após o desenvolvimento de oficinas participativas, reproduzidas em uma linha do tempo, uma árvore dos sonhos, o mapeamento participativo e o plano de ação. São metodologias de planejamento territorial importantes para o resgate do passado e o registro de desejos futuros de transformação.

Outra frente de ação que o Laboratório de Justiça Territorial tem construído junto à União dos Movimentos de Moradia e a Ocupação Gaivotas é a organização do Encontro Sul de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo. A proposta, que já está em sua terceira edição e tem sido realizada desde 2019, é parte da ideia de articular as diversas ocupações e favelas que se encontram em situações semelhantes e que podem tanto compartilhar estratégias e instrumentos que vem utilizando, quanto reunir reivindicações semelhantes para mobilizar força política em suas lutas. As discussões para pensar este encontro tiveram início em 15 de junho de 2019, com a realização do 5º Seminário Estadual de Favelas e Ocupações, na sede do Movimento de Moradia da Zona Oeste, na Barra Funda, São Paulo.

Em sua última edição, ocorrida em dezembro de 2022, o encontro reuniu representantes de 26 ocupações e favelas, além de representações de diversos movimentos de moradia, de entidades e coletivos de defesa de direitos humanos que atuam na região, de laboratórios de pesquisa de 3 universidades, bem como representantes do sistema judiciário, como a Defensoria Pública e o Ministério Público.

O propósito dos encontros é o de reunir o máximo possível de lideranças e moradores de ocupações e favelas da zona sul de São Paulo e outros atores que atuam neste território de mananciais em um Seminário de um dia de duração, na perspectiva de debater questões comuns que atingem estas comunidades, visando uma aproximação e articulação entre elas, de modo a fortalecer a luta pela terra, pela reforma urbana e pelo direito à cidade, especialmente nos



territórios mais vulnerabilizados. Além disso, o evento tem como objetivo secundário, colocar o maior número de comunidades com outros atores locais que podem fortalecer a luta das favelas e ocupações, nesse caso inclusive a universidade. O trabalho de pesquisa-ação dentro desta ótica pretende demonstrar como o papel da universidade tem como subproduto, em vários momentos, o fortalecimento dos processos de luta desses sujeitos pela reconquista da cidade do ponto de vista do controle social.

Além de integrantes dos laboratórios de pesquisa e extensão parceiros dos movimentos sociais, a UMM tem articulado com uma série de outras entidades e atores que possam contribuir na debate sobre a conjuntura que atinge especialmente as pessoas que vivem em assentamentos precários no estado de São Paulo, em luta pelo acesso à terra e moradia, frente ao escandaloso avanço da especulação imobiliária, e o processo de privatização dos territórios, por meio das Parcerias Público Privadas (PPP's), que atingem de forma perversa os mais pobres nas cidades, grandes, pequenas e médias.

O Laboratório tem participado também desde o início de 2020 do Projeto CoPolis – Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil, no qual um dos territórios de abordagem de estudo é a Ocupação Gaivotas, trazida pelo LabJuta. O projeto enfatiza a importância das ferramentas de cooperação para a produção de cidades em contextos urbanos desfavorecidos e analisa criticamente as formas de pensar colaborativamente a produção não apenas das cidades, mas também do processo de produção da ciência.

Segundo trecho do projeto descritivo do CoPolis, realizado em parceria com LabHab - Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP e o Laboratoire Architecture Ville Urbanisme Environnement - LAVUE, da França, o trabalho se propõe a compreender e avaliar criticamente a partir de casos específicos no Brasil e na França,

“(...) entendendo seus impactos sobre a sociedade civil e o terceiro setor e a produção de “planejamento urbano”. Esses aspectos são analisados pelo prisma da justiça social e espacial. O projeto coloca três questões de pesquisa principais: i) a gênese e as condições de desenvolvimento de colaborações entre a sociedade civil organizada, os intervenientes intermediários e facilitadores; ii) as relações entre contextos político-institucionais e configurações de práticas colaborativas organizacionais; iii) a organização e circulação de conhecimento no âmbito dessas colaborações e o papel desempenhado pelos diferentes tipos de atores intermediários, em especial da universidade no âmbito da pesquisa-ação.” (Trecho extraído do site do Lab-Hab, 2020<sup>vi</sup>).

Segundo a sistematização de entrevistas para uma pesquisa de mestrado ainda em andamento de um dos pesquisadores do Labuta - UFABC e autores deste trabalho, foi possível constatar a importância dos integrantes do laboratório no território durante estes 5 anos de atuação. Isso pode ser identificado em alguns dos relatos como:

“Eu gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte até aqui pra que a ocupação do Gaivotas existisse. Eu gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte até aqui pra que a ocupação do Gaivotas existisse. Todos sem exceção, da Comunidade Gaivotas para que a gente existisse. E que eu sei que continua lutando nos bastidores aí pra gente conseguir melhorar cada vez mais.” (informe verbal de moradora da Ocupação Gaivotas, em entrevista realizada em abril de 2022).

Essa leitura é corroborada em uma fala de outra liderança da UMM, que tem atuado bem próxima a alguns laboratórios de pesquisa e extensão, a entrevista foi concedida a uma das autoras desse trabalho, como parte de sua pesquisa:

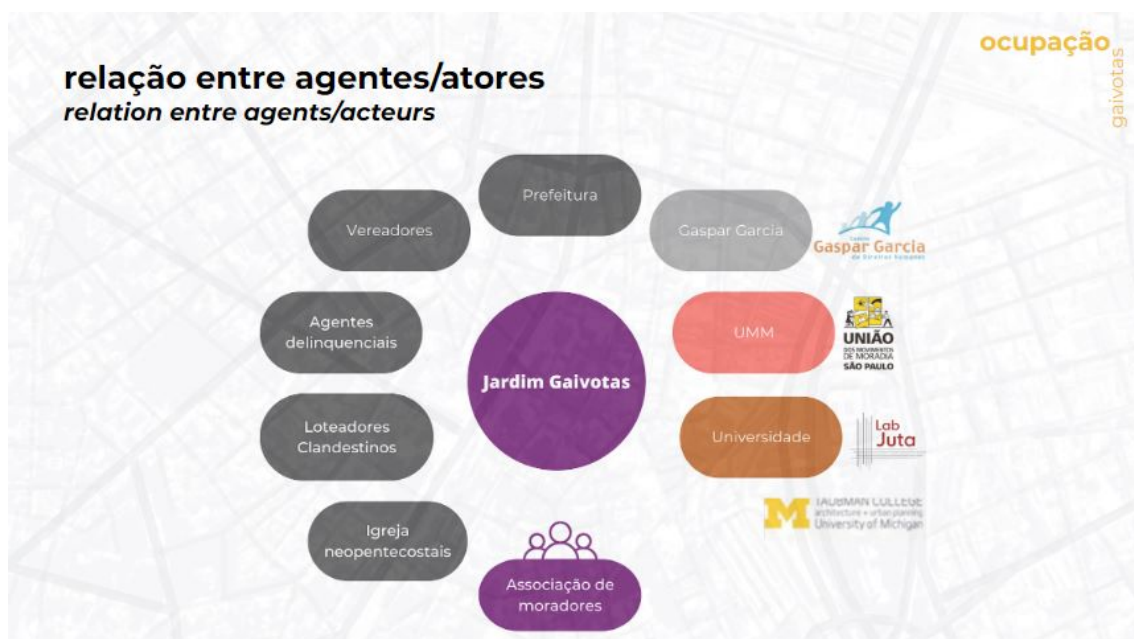
“Essa atuação acadêmica nos deu caminhos de nos reinventar para continuar na luta que já estava fraquejada e desacreditada, eles vieram com o conhecimento, atualizações e muitas das vezes soluções para não desistirmos.” (informe verbal da liderança da União dos Movimentos de Moradia – UMM-SP, em entrevista realizada em 2022).

A entrevistada também avalia criticamente a atuação destes grupos, apontando que há uma certa concentração dos mesmos em ocupações que já possuem apoio e que acabam se tornando mais conhecidas, em detrimento daquelas que estão no anonimato,

“Deveria ser mais ampliado nos territórios tanto nos que são conhecidos assim como naqueles que estão no anonimato. Muitas vezes esses grupos acadêmicos ficam presos por acharem que os que são mais notados e conhecidos, na verdade o centro das atenções são os mais vistos e os que estão no anonimato ficam à espera de um milagre de alguém indicar.” (informe verbal da liderança da União dos Movimentos de Moradia – UMM-SP, em entrevista realizada em 2022).

#### 4.1 Agentes e sujeitos envolvidos: sobreposições, acúmulos, conexões e contradições

Na figura 1 é possível identificar a rede de agentes que estão envolvidos com a ocupação Gaivotas. No diagrama é possível perceber que se inclui não apenas aqueles agentes que estão diretamente envolvidos e em colaboração e articulação à ocupação, mas também outros que não estão oficialmente envolvidos na colaboração, mas que também intervêm na (re)produção do território.



**Figura 1.** Agentes envolvidos na (re)produção do território na Ocupação Gaivotas. (Fonte: Elaboração pela equipe CoPolis<sup>vii</sup>, 2022)

Nota-se que, no diagrama da figura 1, os agentes que não estão envolvidos na colaboração estão identificados com a cor cinza escuro, não sendo objetivo deste trabalho aprofundar e qualificar a sua atuação no território, mas apenas indicá-los, apontando que há uma atuação diversa que, por vezes, se dá de forma contraditória e conflituosa, por outras de forma colaborativa. À exemplo disso podemos citar a atuação de igrejas neopentecostais que em alguns momentos contribui na distribuição de cestas básicas para as famílias em situação de insegurança alimentar e em outras impede a realização de reuniões em seu espaço, dificultando para a organização das famílias.

No que diz respeito às tarefas, responsabilidades e campos de conhecimento e atuação dessa colaboração, o LabJuta (bem como sua equipe CoPolis) tem a tarefa de contribuir a partir de leituras técnicas e análises sócio-políticas no que diz respeito aos temas do planejamento territorial, ainda que se proponha a que isso seja feito da forma mais colaborativa possível, esse é seu campo de conhecimento específico. O LabJuta também fez a gestão financeira de dois recursos de projetos que tiveram o Gaivotas como campo de trabalho, nessa frente também buscou democratizar a gestão de recursos promovendo três momentos de decisão coletiva acerca da aplicação de recursos provenientes do projeto. Mesmo com esse esforço, ainda há uma

centralização dos recursos financeiros do projeto. O Taubman College da Universidade de Michigan também atuou no acompanhamento técnico e na produção de relatórios e produtos audiovisuais sobre a ocupação.

Já o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos tem a tarefa de fazer a defesa jurídica do caso, que tanto atua na busca por regularização fundiária, quanto defende as famílias num processo de reintegração de posse. Porém a atuação não se limita ao campo jurídico, sendo fundamental na tessitura das leituras políticas e estratégicas para a ocupação. Em colaboração com o LabJuta, também foi possível pensar quais os instrumentos jurídicos que poderiam ser mobilizados (assim como os momentos oportunos) no que diz respeito à argumentação técnica que envolve o campo do planejamento.

A UMM-SP atua na organização social e política da ocupação, atuando na conexão com outras ocupações, na produção de leituras políticas e de conjunturas, na organização de reivindicações e na articulação política organizando e mobilizando espaços de disputas e cobranças junto ao poder público e outros agentes, como por exemplo as concessionárias de serviços básicos, como a Sabesp e a Enel. A UMM também cumpriu um papel fundamental durante a pandemia, apoiando as famílias moradoras da ocupação através da distribuição de cestas básicas e de cobertores e roupas de frio no inverno. tendo em vista o agravamento da crise socioeconômica, política e sanitária, essa foi uma atuação fundamental em defesa da vida.

Cabe salientar que essas atribuições tem relação com os conhecimentos específicos, bem como com os campos de atuação de cada grupo, porém, na prática, muitas vezes eles se confundem, se sobrepõem e também entram em conflito, tanto entre si, quanto entre os agentes externos à colaboração, configurando o que Barbosa (2014) chama de “pedagogia do confronto”.

Por fim, e não menos importante, as famílias moradoras da ocupação participaram ativamente de oficinas, visitas e eventos externos, como reuniões junto ao poder público, ou mesmo dos seminários do Encontro Sul de Favelas e Ocupações. Cabe salientar que o Gaivotas não foi uma ocupação organizada tradicionalmente pelo movimento de moradia como forma de reivindicar direito à moradia. Conforme citado anteriormente, a UMM chega como apoio à ocupação mais recentemente, esse é um fato relevante para refletirmos acerca do tipo de participação das famílias moradoras da ocupação. Ou seja, por se tratar de uma ocupação não-organizada de forma tradicional pelos movimentos, não há, de modo geral, a construção de um hábito de participação em espaços de formação e, em alguns casos, até mesmo de reuniões. Isso pode ajudar a explicar a dificuldade de garantir presença nas oficinas promovidas pelo laboratório, já citada anteriormente.

É um desafio construir essa prática na participação política das famílias moradoras que não tem em seu cerne a organização dos movimentos de moradia, sendo assim, a participação não é uma constante e precisa sempre ser trabalhada junto às famílias para que se possa garantir que aqueles e aquelas que vivem, moram e trabalham em seus territórios participem ativamente das discussões sobre ele. Por essas razões, essa é também uma frente de atuação, não apenas do laboratório, mas de todos os parceiros envolvidos na colaboração, tendo em vista que a grande maioria dos territórios populares não foram ocupados pelos movimentos de moradia e muito menos possuem essa prática, ainda assim, passam por situações semelhantes, como processos de despossessão, negação ao acesso à serviços básicos, violência estatal, dentre outras questões que assolam os territórios populares.

Conforme já mencionado previamente, a atuação na ocupação Gaivotas se dá em duas escalas e envolve uma série de agentes que ora divergem, ora se conectam, se sobrepõem e se confundem. Trata-se de uma característica que não é aleatória, mas é, em parte escolha política, e parte retrato da precarização das condições de precarização em relação à atuação no campo da ciência e pesquisa no Brasil, que vem se agravando nos últimos anos.

Para desenvolver esta questão, optou-se por desvelar em um diagrama os agentes e indivíduos envolvidos nessa colaboração entre laboratório de pesquisa e ocupação Gaivotas, conforme é possível observar na Figura 2.



**Figura 2.** Indivíduos envolvidos na colaboração e suas respectivas entidades e representações (Fonte: Elaborado pela equipe CoPolis, 2022).

Na figura 2, as cores representam as diferentes entidades envolvidas, portanto, os indivíduos que possuem mais de uma cor, se constituem enquanto “agentes duplos” (ou triplos em alguns casos), que estão relacionados a mais de um lugar. Por exemplo, no que diz respeito aos parceiros, o pesquisador 1, que no diagrama está à esquerda na primeira linha, está listado como pesquisador do LabJuta, porém, o mesmo também faz parte da equipe do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da UMM. Já o pesquisador 2, que se encontra ao lado do pesquisador 1, é parte tanto da equipe do LabJuta, quanto do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Na figura 2 também é possível identificar os tempos de atuação na ocupação, sendo que aqueles que estão com a cor roxa atuam a mais tempo, e aqueles com os nomes em branco, se juntaram recentemente ao trabalho, vinculados ao projeto CoPolis.

Essa sobreposição de agentes e indivíduos é tão poderosa, já que esse trânsito entre diversos lugares pode representar uma articulação de diversas entidades e campos de conhecimento e atuação específicos de cada lugar. Porém, essa sobreposição é também limitação, já que acumula tarefas e responsabilidades, além de ser uma estratégia de compor fontes de renda, já que, muitas vezes, não são suficientes para arcar com os custos individuais de cada envolvido em apenas um lugar. Sendo assim, ela também pode ser lida dentro de uma chave de precarização nas condições de trabalho no campo da pesquisa e da defesa dos direitos humanos.

Por fim, a sobreposição de agentes também é parte de uma escolha política do laboratório em aumentar as conexões entre laboratório, movimentos de moradia e entidades de defesa, apontando um esforço de trazer para dentro da universidade lideranças de movimentos. Nesse sentido, há uma busca para que não apenas a universidade esteja nos territórios populares, mas que as lideranças também entrem na universidade e ocupem esse espaço (SANTOS, 2022). Cabe apontar que a liderança da UMM apontada na Figura 2, em um outro projeto do laboratório que também teve como um de seus casos a ocupação Gaivotas, fez parte da equipe como pesquisadora, reforçando uma diretriz de atuação do laboratório de buscar acolher lideranças em suas equipes de trabalho.

## 5. Considerações Finais

O trabalho do LabJuta e a metodologia da pesquisa-ação aprofunda os problemas metodológicos dentro do contexto da pesquisa com base empírica, voltada para a descrição de situações concretas e da busca da resolução de problemas efetivamente detectados nos territórios populares nos quais os pesquisadores trabalham e se articulam.

A escolha do LabJuta de atuar sempre junto aos movimentos sociais, é não apenas uma escolha política, mas resultado do seu histórico, bem como de alguns indivíduos que o compõem. Fazendo com que, muitas vezes as representações em diversas entidades, sejam elas movimentos, laboratórios ou entidades de defesa, se sobreponham e se confundam, sendo este ponto tanto potência quanto limite.

Nesse sentido, o trabalho do laboratório junto à Ocupação Gaivotas e a outras ocupações, favelas e territórios populares pode ser considerada uma pesquisa engajada com a transformação dos territórios. Porém essa escolha também pode ser lida enquanto uma estratégia metodológica, haja visto que pensar coletivamente o território é também uma forma de se aprofundar nele, compreendendo-o em sua complexidade e em suas contradições.

Essas relações estão baseadas na construção de laços de confiança e de longa permanência junto aos movimentos e famílias moradoras de territórios populares, e não estão isentas da reprodução de estruturas de privilégio e poder, pelo contrário, parte-se justamente desse pressuposto para que seja possível uma busca constante por relações horizontais. Além disso, cabe apontar que as relações entre universidade, movimentos e famílias também não se dão de forma linear, ocorrendo de forma flutuante, sendo esse um desafio esperado das abordagens que envolvem a pesquisa-ação.

A análise do caso da Ocupação Gaivotas, nos traz indícios acerca da possibilidade da integração comprometida do saber técnico-científico com o saber popular, reforçando o compromisso da universidade com a sociedade e da transformação seja dos territórios, seja do processo de produção do conhecimento, sem desprezar a pesquisa teórica de conhecimento aplicado, também de fundamental importância para reversão de problemas relacionados à sociedade como um todo.

É preciso que essa ação para a construção de um conhecimento em conjunto entre atores seja uma ação não-trivial, ou seja, uma atuação e uma investigação específica aplicada para cada caso a ser elaborado.

## 6. Referências Bibliográficas

BARBOSA, B. R. **Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, lutas e influências nas políticas habitacionais.** Dissertação (Mestrado). Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e Autogestão.** RIO DE JANEIRO: FASE, 1992. 181p.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. **A Extensão Universitária na ANPUR: um primeiro ciclo.** In: D' OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. (Org.). Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional. 1ed.São Paulo: FAUUSP e ANPUR, 2017, v. 1, p. 26-35.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Universidade e movimentos sociais.** In: *A Universidade e movimentos sociais.* Pp 13-16. 1. ed. - Belo Horizonte, MG:Fino Traço, 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Ed Moraes, 1980.

MARICATO, Ermínia. (2007). **Nunca fomos tão participativos.** Carta Maior. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Opiniaio/Nunca-fomos-tao-participativos/20899>, consultado em 10/1/2014.

- 
- \_\_\_\_\_ **Para entender a crise urbana.** Ed. Expressão Popular, 2015
- \_\_\_\_\_ **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000
- \_\_\_\_\_ **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo. Editora Alfa Omega, 1982.
- ROY, A. ROLNIK, R. **Metodologias de pesquisa-ação para promover a justiça habitacional.** *In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020.* São Paulo: Raquel Rolnik, 2020 [livro eletrônico]
- I. Moreira, Fernanda Accioly. II. Rolnik, Raquel. III. Santoro, Paula Freire. **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares** [livro eletrônico]: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020 / [organização Fernanda Accioly Moreira, Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro]. – São Paulo: Raquel Rolnik, 2020.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.** Ed. Vozes, 1999.
- SANTOS, Eduardo Abramowicz. **Ocupações sob ameaças: Práticas e Instituições Judiciais na (in)definição do (in)formal na moradia migrante.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território/UFABC. São Bernardo do Campo, 2022.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo, ed. 2ª, Cortez: Autores Associados, 1986.
- 

<sup>i</sup> Ver a esse respeito Sampaio Jr., Plínio de Arruda; "Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente" (ed. Vozes, 1999).

<sup>ii</sup> Os trechos das entrevistas são parte do projeto "Jovens Ocupações de terras em São Paulo: Co-produzindo estratégias urbanas e intervenções táticas", um trabalho de pesquisa-ação e extensão realizado por meio de parceria entre o LabJUTA da Universidade Federal do ABC e o Taubmann College da Universidade de Michigan e a União dos Movimentos de Moradia, desenvolvido entre março de 2020 e março de 2021 e também parte das pesquisas de mestrado e doutorado dos autores, concedidas pelos moradores no ano de 2022.

<sup>iii</sup> O Programa Água Legal é uma iniciativa da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP para regularizar as ligações de água em áreas com altos índices de vulnerabilidade social e abastecimento precário e irregular, sujeitas à contaminação.

<sup>iv</sup> O Plano considerou os dados extraídos do Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo (Habisp), em abril de 2016 (Prefeitura de São Paulo, 2016).

<sup>v</sup> IBGE: Censos Demográficos 2010. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU - Departamento de Estatística e Produção de informação/Dipro.

<sup>vi</sup> Fonte: Lab-hab – Laboratório de Habitação e Assentamentos precário. <https://labhab.fau.usp.br/pesquisas/em-andamento/copolis-co-producao-social-da-cidade-e-ciencia-cidada-uma-perspectiva-comparada-sobre-classe-trabalhadora-e-bairros-precarios-na-franca-e-no-brasil/> Acessado em 23.12.2022

<sup>vii</sup> A elaboração dos diagramas das figuras 1 e 2 foi feito de forma coletiva pela equipe do projeto CoPolis e ainda não foi publicada.